

## RESUMO

Utilizando uma base de dados longitudinal com registos dos pares trabalhador-empresa, este artigo analisa as principais características dos imigrantes no mercado de trabalho português no período 2002-2008. Ao nível do desempenho no mercado de trabalho, registam-se diferenças significativas entre os trabalhadores portugueses e imigrantes e entre os trabalhadores imigrantes de diferentes nacionalidades, em termos da composição por idade, género, duração do emprego, fluxos de trabalhadores, localização geográfica, setor de atividade e nível de escolaridade. À semelhança do verificado em outros países, os salários médios dos imigrantes são inferiores aos dos portugueses, mesmo controlando para as diferentes características dos trabalhadores, das empresas e das relações laborais, embora tenham aumentado a um ritmo superior neste período.

## 1. Introdução

Portugal tem sido tradicionalmente um país de emigração, com fluxos significativos de imigração a começarem mais recentemente. Até meados dos anos noventa, a imigração em Portugal foi relativamente modesta em termos internacionais, incluindo principalmente nacionais de países de língua oficial portuguesa. No final dos anos noventa, a imigração acelerou, impulsionada pela elevada procura de trabalho resultante da forte dinâmica no setor da construção, ligada a grandes projetos de infraestruturas, e em alguns setores de serviços. A maioria destes fluxos recentes de imigração em Portugal foi de natureza irregular, como evidenciado pela série de regularizações que ocorreram desde 2000. Registou-se igualmente uma mudança na composição do fluxo de imigrantes, com uma parcela substancial desta imigração recente a ser proveniente de países da Europa Central e de Leste, sem relação aparente com Portugal, e também do Brasil.

Em termos internacionais, o peso dos imigrantes no total da população em Portugal é relativamente baixo. No entanto, tal como em outros países do sul da Europa, como Espanha e Itália, e em outros novos países de imigração na Europa, como Irlanda e Grécia, a imigração em Portugal é um fenómeno recente. Uma vez que estas entradas recentes de imigrantes em Portugal estiveram relacionadas com oportunidades de emprego, estes tendem a ter uma forte ligação ao mercado de trabalho. Portugal apresenta uma das maiores taxas de emprego dos imigrantes entre os países da OCDE, superior à dos portugueses, tanto para homens como para mulheres. No entanto, os imigrantes em Portugal também parecem ser mais afetados do que os portugueses por desacelerações da atividade económica. A taxa de desemprego dos imigrantes é sempre superior à dos portugueses desde 1998 e aumentou mais rapidamente em períodos de recessão económica.

\* As autoras agradecem a Nuno Alves, João Amador, Mário Centeno, Paulo Esteves, Ana Cristina Leal, José Ferreira Machado e Pedro Portugal os seus comentários e sugestões e a Lucena Vieira o seu excelente apoio no tratamento da informação. As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade das autoras, não coincidindo necessariamente com as do Banco de Portugal ou do Eurosistema. Eventuais erros e omissões são da exclusiva responsabilidade das autoras.

\*\* Banco de Portugal, Departamento de Estudos Económicos.

Atualmente, a evidência empírica sobre imigração no mercado de trabalho português é relativamente escassa, provavelmente refletindo também a novidade do fenómeno. Algumas exceções são Carneiro *et al.* (2010) que estudam os determinantes dos rendimentos dos imigrantes em 2003-2004 usando uma base de dados longitudinal e OECD (2008) que fornece uma análise detalhada das principais características da imigração recente em Portugal. Este artigo visa contribuir para esta literatura, oferecendo um retrato detalhado da imigração recente no mercado de trabalho português. O artigo adota uma abordagem totalmente empírica, descrevendo e analisando as principais características dos trabalhadores imigrantes em Portugal, com ênfase nos salários. Como os indivíduos nascidos no estrangeiro com nacionalidade portuguesa não devem ser considerados como imigrantes, uma vez que partilham a maioria das características relevantes com a população portuguesa, a nossa definição de imigrantes ao longo deste artigo segue um critério nacionalidade. São utilizados os registos dos pares trabalhador-empresa de uma base de dados longitudinal (Quadros de Pessoal) de 2002 a 2008, centrando a análise no segmento de trabalhadores a tempo completo e diferenciando os resultados por principais nacionalidades dos trabalhadores imigrantes. Todos os trabalhadores em situações ilegais e irregulares são, por definição, excluídos da análise levando a uma subestimação dos imigrantes no mercado de trabalho português. É efetuada uma análise comparativa da evolução dos salários (níveis e variações) entre os trabalhadores portugueses e os principais grupos de trabalhadores imigrantes neste período, com uma desagregação por principais setores de atividade do emprego imigrante.

O artigo está organizado da seguinte forma. A secção 2 descreve a base de dados e as principais características dos trabalhadores imigrantes comparando com as dos portugueses. A secção 3 centra-se na comparação entre os salários dos imigrantes e dos portugueses. Finalmente, a secção 4 apresenta algumas conclusões.

## 2. Principais características dos trabalhadores imigrantes em Portugal

Neste artigo utilizou-se a base de dados dos Quadros de Pessoal (QP), um conjunto de dados longitudinais para os pares trabalhador-empresa residentes em Portugal. Os dados ao nível do trabalhador abrangem todos os anos desde 1982, com exceção de 1990 e 2001, mas a informação sobre a sua nacionalidade só está disponível a partir de 2000, logo o período em análise neste artigo começa em 2002 e termina em 2008. A nacionalidade exata do trabalhador ao nível do país é a única informação disponível que permite identificar trabalhadores imigrantes nos QP, uma vez que nem o país de nascimento nem o ano de chegada a Portugal são registados. No entanto, dada a natureza recente da imigração em Portugal e a baixa taxa de naturalização, esta parece ser uma aproximação razoável da população alvo.

Dados da OCDE com base em autorizações de residência estimam que a população estrangeira residente em Portugal incluía cerca de 440 mil indivíduos em 2008, enquanto os trabalhadores imigrantes na base de dados dos QP utilizada neste artigo são cerca de 170 mil (Quadro 1). A base de dados dos QP não abrange o trabalho doméstico. Este facto pode ter algum impacto sobre os resultados uma vez que muitas mulheres estrangeiras em Portugal estão ligadas a este setor. Além disso, todos os trabalhadores em situação ilegal ou irregular são excluídos da análise devido à falta de informação sobre estes indivíduos nos QP, levando a uma subestimação dos imigrantes no mercado de trabalho português. No entanto, as características detalhadas da base de dados dos QP tornam-na especialmente adequada para estudar a evolução da imigração no mercado de trabalho português. Peixoto (2008) e Carneiro *et al.* (2010) também utilizam os QP para examinar diferentes aspetos dos fluxos recentes de imigração em Portugal. Peixoto (2008) fornece uma análise descritiva dos trabalhadores imigrantes em 2004 e Carneiro *et al.* (2010) estudam o processo de assimilação dos imigrantes no mercado de trabalho português em 2003-2004. Adicionalmente, OECD (2008) fornece um estudo muito detalhado das principais características da imigração no mercado de trabalho português utilizando diferentes bases de dados, incluindo os QP.

**Quadro 1**

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES, 2008   NÍVEIS E PESOS								
	Imigrantes		Total		Portugueses		Imigrantes	
	Peso no total	Nível	Peso	Nível	Peso	Nível	Peso	
Empregador	4.1	200 226	7.3	191 965	7.4	8 261	4.8	
Trabalhador familiar não remunerado	5.1	1 039	0.0	986	0.0	53	0.0	
Trabalhador por conta de outrem	6.4	2 540 078	92.2	2 376 675	92.0	163 403	94.7	
A tempo completo	6.3	2 409 333	87.5	2 258 521	87.5	150 812	87.4	
A tempo parcial	9.6	130 745	4.7	118 154	4.6	12 591	7.3	
Outros	6.6	13 597	0.5	12 705	0.5	892	0.5	
Total	6.3	2 754 940	100	2 582 331	100	172 609	100	

**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

**Nota:** No caso do emprego por conta de outrem a tempo completo, são apenas considerados os trabalhadores que declararam remunerações base superiores a 80 do salário mínimo.

O trabalho por conta de outrem constitui a principal forma contratual no mercado de trabalho português, representando 92 por cento do emprego total dos portugueses e 94.7 por cento dos imigrantes em 2008 (Quadro 1)<sup>1</sup>. Os contratos a tempo completo têm uma incidência semelhante entre portugueses e imigrantes, mas os imigrantes apresentam uma maior proporção de contratos a tempo parcial. Em 2008, uma maior percentagem de portugueses surge como empregador, 7.4 por cento comparando com 4.8 por cento para os imigrantes. A menor proporção de trabalhadores por conta própria no emprego imigrante em Portugal contrasta com a evidência observada em outros países onde os imigrantes tendem a estar sobrerrepresentados no emprego por conta própria (veja-se, por exemplo, Andersson e Wadensjö (2004)). No mercado de trabalho português, a diferença mais significativa entre imigrantes e portugueses refere-se à natureza do contrato, ou seja, permanente versus a termo (Gráfico 1). Considerando apenas os trabalhadores a tempo completo, 51.7 por cento dos trabalhadores imigrantes tinham contratos a termo, que estão normalmente associados a salários inferiores, em comparação com 24.6 por cento para os trabalhadores portugueses em 2008. No entanto, os contratos a termo têm vindo a ganhar importância na estrutura do emprego nativo ao longo deste período, o que pode ser visto como uma consequência da relativa rigidez dos contratos permanentes em Portugal (ver, por exemplo, Portugal (1999)). Por principais nacionalidades, a proporção de trabalhadores com contratos a termo em 2008 é mais elevada para os brasileiros (63.6 por cento), tendo aumentado desde 2006. Um aumento da incidência de contratos temporários também é evidente nos trabalhadores da China, embora menos acentuadamente. Os imigrantes dos países da Europa Central e de Leste (CEEC) apresentam também um peso significativo de contratos a termo, mas esta proporção diminuiu ao longo do período, de 67.1 por cento em 2002 para 56.9 por cento em 2008<sup>2</sup>. Os imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) registam uma percentagem de contratos a termo abaixo da média, mas esta aumentou desde 2005, de 40 por cento para 45.4 por cento em 2008<sup>3</sup>. Finalmente, os imigrantes dos restantes 14 Estados-membros iniciais da União Europeia (UE15) têm uma proporção muito menor de contratos temporários no conjunto deste período (em torno de 30 por cento).

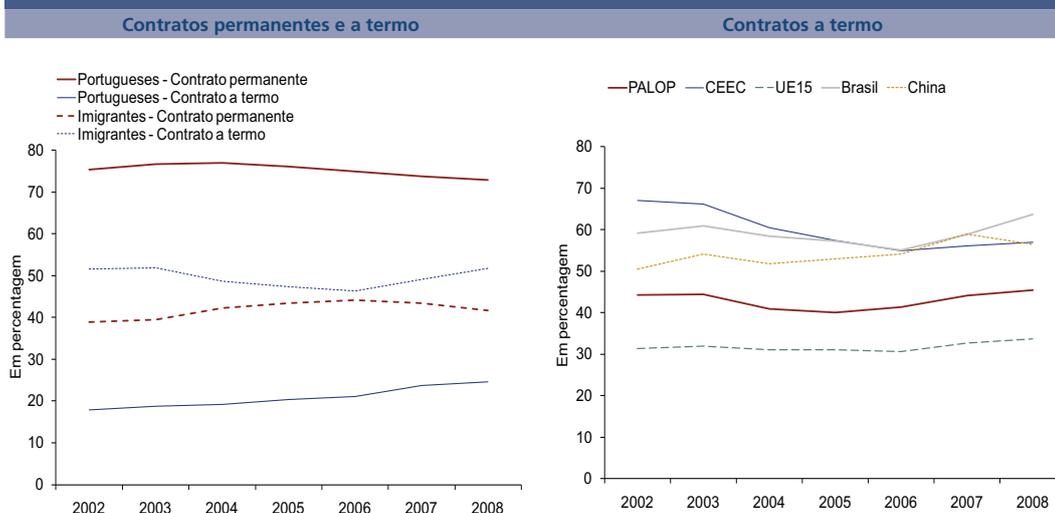
A restante análise neste artigo incidirá sobre o segmento do emprego por conta de outrem a tempo completo. Neste caso, são apenas considerados os trabalhadores que declararam remunerações base superiores a 80 do salário mínimo. Em Portugal, os trabalhadores imigrantes a tempo completo aumen-

<sup>1</sup> O quadro 1 inclui apenas informação para 2008, mas a estrutura do emprego é semelhante ao longo do período 2002-2008. Todos os dados anuais estão disponíveis, mediante pedido às autoras.

<sup>2</sup> CEEC (*Central and Eastern European countries*) nos QP inclui a Eslováquia, Polónia, República Checa, Hungria, Estónia, Eslovénia, Letónia, Lituânia, Roménia, Federação Russa, Moldávia, Ucrânia e Sérvia.

<sup>3</sup> PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) refere-se às antigas colónias portuguesas em África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

## Gráfico 1

**CONTRATOS PERMANENTES E A TERMO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES | PESOS NO TOTAL DO EMPREGO POR CONTA DE OUTREM A TEMPO COMPLETO**


Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

taram 46.2 por cento em termos acumulados entre 2002 e 2008, uma taxa de crescimento média anual de 6.5 por cento. Assim, o peso dos imigrantes no emprego por conta de outrem a tempo completo em Portugal aumentou de 5.2 por cento em 2002 para 6.3 por cento em 2008. Os imigrantes do Brasil registaram um elevado crescimento de 161 por cento em termos acumulados ao longo deste período (taxa média anual de 17.3 por cento), o que se traduziu num aumento do seu peso no total dos trabalhadores imigrantes de 15.1 por cento em 2002 para 26.9 por cento em 2008, tornando-os na nacionalidade individual mais importante no emprego por conta de outrem em Portugal (Gráfico 2). Os imigrantes da China também cresceram de forma sustentada ao longo deste período, mas ainda representam uma percentagem reduzida do total de imigrantes em Portugal (inferior a 2 por cento em 2008). Pelo contrário, o número de imigrantes dos CEEC permaneceu praticamente estável neste período, registando até taxas de variação negativas desde 2006, em linha com a desaceleração da atividade económica em alguns setores. As fortes entradas de imigrantes dos CEEC no final da década de noventa resultaram em larga medida de oportunidades no mercado de trabalho, em particular no setor da construção. Os imigrantes da Ucrânia, a principal origem dos CEEC, diminuíram 18.1 por cento em termos acumulados ao longo do período 2002-2008, representando 13.1 por cento do total de imigrantes em 2008 (23.3 por cento em 2002). Pelo contrário, as entradas de imigrantes da Roménia, a segunda origem mais importante dos CEEC, continuaram a crescer neste período, tendo o seu peso no total dos trabalhadores imigrantes a tempo completo aumentado de 3.9 por cento em 2002 para 4.5 por cento em 2008. Os imigrantes dos PALOP mantiveram o peso no total em cerca de 24 por cento ao longo deste período, mas verificou-se uma redução do peso dos trabalhadores de Angola (para 7.6 por cento em 2008) e um aumento da percentagem de imigrantes de Cabo Verde (para 8.1 por cento em 2008). Finalmente, a imigração da UE15 cresceu ligeiramente abaixo da média, em particular desde 2007, o que resultou numa pequena redução do seu peso no total de 9 por cento em 2002 para 8.5 por cento em 2008. Na UE15, os principais países de origem dos imigrantes são França, Espanha, Alemanha e Reino Unido. Em resumo, atualmente a imigração em Portugal encontra-se muito concentrada em três principais origens geográficas, Brasil, PALOP e CEEC, cada uma com peso acima de 20 por cento do total, representando em conjunto 74.5 por cento do total de trabalhadores imigrantes a tempo completo em 2008 (73.3 por cento em 2002).

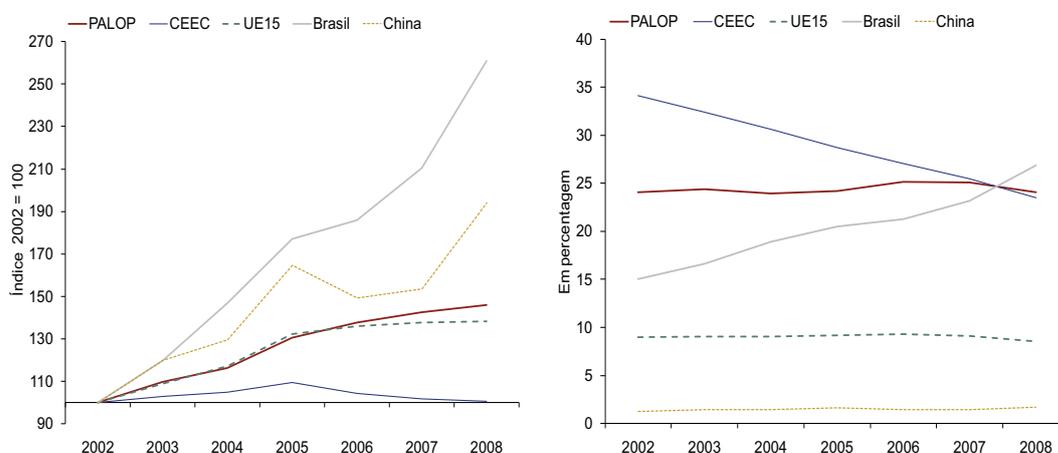
Como referido em outros estudos, os trabalhadores imigrantes em Portugal são ligeiramente mais novos do que os portugueses (Quadro 2). Os trabalhadores a tempo completo com menos de 35 anos

## Gráfico 2

### PRINCIPAIS NACIONALIDADES DOS TRABALHADORES IMIGRANTES EM PORTUGAL

Crescimento acumulado

Pesos no total



Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

## Quadro 2

### IDADE E GÉNERO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES, MÉDIA 2002-2008 | PESOS EM PERCENTAGEM

	Portugueses	Imigrantes							
		UE15	PALOP	Cabo Verde	CEEC	Ucrânia	Brasil	China	
<b>IDADE</b>									
Média	37.8	35.7	36.4	36.5	37.5	36.3	37.2	33.0	34.3
15-24	10.7	10.2	8.3	9.6	12.6	7.6	5.6	15.2	12.3
25-34	33.3	40.3	43.0	36.0	29.1	39.7	37.8	47.3	41.5
35-44	28.2	30.7	27.9	34.0	31.1	31.6	33.2	26.6	34.0
45-54	19.3	15.4	13.8	16.7	21.8	18.7	20.7	9.4	10.8
55+	8.6	3.4	7.1	3.7	5.5	2.3	2.7	1.5	1.5
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>GÉNERO</b>									
Homens	56.9	65.2	56.7	59.4	56.7	75.5	76.4	61.4	64.4
Mulheres	43.1	34.8	43.3	40.6	43.3	24.5	23.6	38.6	35.6
	100	100	100	100	100	100	100	100	100

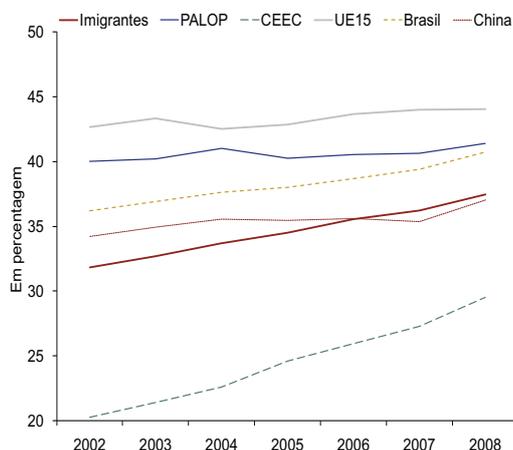
Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

representam 44 por cento do total dos trabalhadores portugueses mas constituem 50.5 por cento dos imigrantes no período 2002-2008. Esta diferença é superior no caso dos trabalhadores da China e especialmente do Brasil. No caso dos trabalhadores brasileiros, 62.5 por cento têm menos de 35 anos e quase 50 por cento apresentam uma idade entre 25 e 34 anos. A percentagem de mulheres no emprego imigrante é inferior à observada no emprego nativo, representando 34.8 e 43.1 por cento do total neste período, respetivamente. No entanto, a exclusão do emprego doméstico da análise tende a subestimar o emprego das mulheres em Portugal. Por exemplo, dados da OCDE com base em autorizações de residência da população estrangeira em Portugal apresentam uma percentagem de mulheres de 40.6 por cento em média no período 2002-2008 (47.3 por cento em 2008). Considerando as principais origens de imigrantes, o peso do emprego feminino é mais elevado nos trabalhadores da UE15 e de Cabo Verde (43.3 por cento em ambos os casos) e inferior nos CEEC e, em particular, na Ucrânia (23.6 por cento). No entanto, entre 2002 e 2008 registou-se um aumento na proporção de mulheres no emprego por conta

de outrem em Portugal, comum a todas as nacionalidades, mas especialmente acentuado no caso dos imigrantes dos CEEC (Gráfico 3). O peso das mulheres nos trabalhadores dos CEEC aumentou de 20.3 por cento em 2002 para 29.5 por cento em 2008.

Gráfico 3

## PROPORÇÃO DE MULHERES NO EMPREGO IMIGRANTE POR NACIONALIDADE | PESOS NO TOTAL



Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

Como seria de esperar, dada a natureza recente da maioria das entradas de imigrantes em Portugal, a duração do emprego dos trabalhadores imigrantes é muito menor do que a dos portugueses, média de 2.4 e 7.4 anos no mesmo emprego no período 2002-2008, respetivamente (Quadro 3). Entre os imigrantes, a duração do emprego é maior para os trabalhadores da UE15 e, em menor grau, de Cabo Verde, que são os grupos de imigrantes há mais tempo no país. A duração média do emprego para as outras nacionalidades é inferior a 2 anos neste período. A proporção de imigrantes com duração do emprego inferior a um ano ascende a 37.7 por cento, o que é mais que o dobro do peso dos portugueses na mesma situação (15.9 por cento em média neste período). No período 2002-2008, 44 por cento dos trabalhadores portugueses apresenta uma duração do emprego até 3 anos, mas essa percentagem aumenta para 78.7 por cento no caso dos imigrantes. Este resultado está em linha com a maior incidência de contratos temporários, tipicamente com duração de 3 anos, no emprego imigrante. O peso de

Quadro 3

## DURAÇÃO DO EMPREGO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES, MÉDIA 2002-2008 | PESOS EM PORCENTAGEM

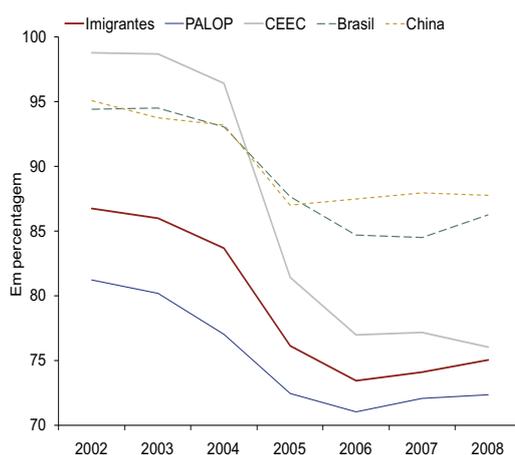
	Portugueses	Imigrantes	Imigrantes						
			UE15	PALOP	Cabo Verde	CEEC	Ucrânia	Brasil	China
[0, 3]	44.0	78.7	61.7	74.7	73.5	86.4	85.0	88.2	89.7
dos quais: 0	15.9	37.7	24.1	37.6	34.9	38.7	36.0	47.1	44.1
[4, 6]	16.9	12.1	17.8	13.1	13.2	11.2	12.2	8.5	7.8
[7, 9]	10.8	3.9	8.8	5.2	5.2	1.4	1.5	1.7	1.5
[10, 19]	18.9	4.1	9.6	5.6	5.8	0.4	0.5	1.3	0.8
≥20	9.4	1.3	2.1	1.3	2.3	0.5	0.8	0.3	0.1
	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Média (em anos)	7.4	2.4	4.1	2.8	3.1	1.6	1.8	1.4	1.3

Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

trabalhadores com duração do emprego até 3 anos é particularmente acentuado no caso dos chineses e dos brasileiros, 89.7 e 88.2 por cento em média no período 2002-2008, respetivamente. Uma elevada percentagem de trabalhadores dos CEEC também regista uma duração do emprego inferior ou igual a 3 anos, mas essa proporção diminuiu continuamente ao longo do período, de 98.7 por cento em 2002 para 76 por cento em 2008 (Gráfico 4). No caso dos trabalhadores do Brasil e da China, a percentagem de indivíduos com duração do emprego até 3 anos reduziu-se até 2006, mas depois manteve-se estável acima de 84 por cento. Em 2008, 52.1 por cento dos trabalhadores brasileiros apresentam uma duração do emprego inferior a 1 ano e essa percentagem aumentou acentuadamente nos últimos dois anos, enquanto no caso da Ucrânia esse peso diminuiu ao longo do período para 35.5 por cento em 2008. Apesar desta evolução poder sugerir que os imigrantes dos CEEC têm uma maior probabilidade de manter um emprego, também reflete o forte crescimento dos fluxos de imigração do Brasil nos últimos dois anos. Uma análise precisa das diferenças em termos de desempenho no mercado de trabalho dos diversos grupos de imigrantes exige o controlo para um conjunto alargado de características que os diferenciam. Como este controlo para a heterogeneidade não é efetuado nesta análise, estas estatísticas descritivas devem ser interpretadas com cautela.

#### Gráfico 4

##### TRABALHADORES IMIGRANTES COM DURAÇÃO DO EMPREGO ATÉ 3 ANOS POR NACIONALIDADE | PESOS NO TOTAL

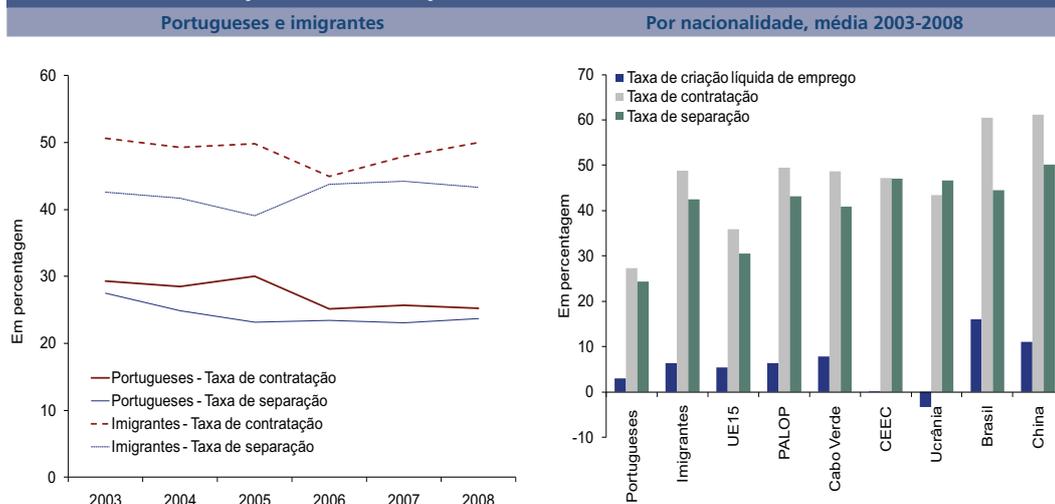


Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

Uma análise dos fluxos de trabalhadores oferece uma perspetiva de complementar do emprego imigrante, examinando a afetação de trabalhadores através de contratações e separações. Mesmo quando o emprego total não varia, os trabalhadores mudam de emprego ou entram/saem da força de trabalho, por isso as taxas de rotação de trabalhadores excedem as taxas de criação e destruição de emprego (ver Centeno *et al.* (2008) para uma análise detalhada dos fluxos de trabalhadores e de emprego no mercado trabalho português). De acordo com Burgess *et al.* (2000), os fluxos totais ou rotação de trabalhadores referem-se a todos os movimentos de trabalhadores de e para o emprego, *i.e.*, a soma das contratações e separações ocorridas entre dois anos, e os fluxos de emprego são calculados como variações líquidas de emprego, ou seja, a diferença entre contratações e separações. Para obter as taxas correspondentes, os fluxos são divididos pela média do emprego total nos dois anos. No período 2003-2008, as taxas de rotação de trabalhadores em Portugal são superiores para os imigrantes do que para os portugueses, com quer as taxas de contratação quer as taxas de separação a apresentarem valores mais elevados (Gráfico 5). Este resultado está em linha com a evidência em Centeno *et al.* (2008) de que os fluxos de trabalhadores são

Gráfico 5

## TAXAS DE CONTRATAÇÃO E DE SEPARAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES



Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

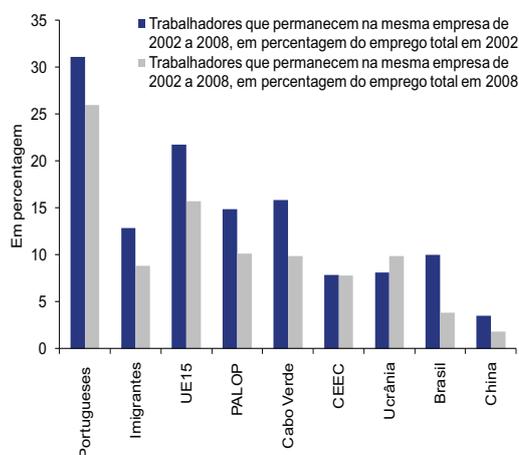
superiores entre os trabalhadores mais jovens e os trabalhadores com contratos a termo. Por principais nacionalidades, os imigrantes chineses têm taxas de rotação particularmente altas, registando as taxas de contratação e de separação mais elevadas neste período. A taxa de contratação dos imigrantes do Brasil também está acima de 60 por cento, o que em parte se traduz numa importante criação líquida de emprego. Pelo contrário, a taxa de contratação dos trabalhadores da Ucrânia é inferior à sua taxa de separação, resultando numa destruição líquida de emprego durante este período. Entre os imigrantes, os trabalhadores da UE15 registam as menores taxas de fluxos de trabalhadores, contudo ainda superiores às dos portugueses.

Como discutido em Burgess *et al.* (2000), elevados fluxos de trabalhadores podem coexistir com um núcleo estável de trabalhadores que permanecem na mesma empresa durante todo o período. O gráfico 6 apresenta as taxas de retenção por principais nacionalidades, definidas como a percentagem de trabalhadores que estavam empregados no início do período e permanecem na mesma empresa no final do período. Verifica-se que cerca de 30 por cento dos portugueses que estavam empregados em 2002 permaneceram na mesma empresa até 2008, mas essa proporção diminuiu drasticamente para 12,9 por cento para os imigrantes, não controlando para outros fatores que os diferenciam. Entre os imigrantes, a taxa de retenção mais elevada regista-se para os trabalhadores da UE15 e a menor para os trabalhadores da China, em linha com a magnitude dos fluxos de trabalhadores para estes grupos de imigrantes. A percentagem de imigrantes dos CEEC e do Brasil que se mantêm na mesma empresa após 7 anos corresponde a 7,8 e 10 por cento, respetivamente. Uma vez que os imigrantes brasileiros apresentam maiores fluxos de trabalhadores, poder-se-ia esperar que a sua taxa de retenção fosse inferior à dos trabalhadores dos CEEC. No entanto, o número de trabalhadores brasileiros em Portugal cresceu significativamente entre 2002 e 2008, enquanto os trabalhadores dos CEEC se mantiveram estáveis e estas diferentes tendências afetam a comparação das suas taxas de retenção. A extensão deste efeito torna-se mais clara se o grupo de trabalhadores que permaneceu na mesma empresa durante todo o período for dividido pelo total de empregados em 2008, em vez de em 2002. Neste caso, apenas 3,8 por cento dos brasileiros que estão empregados em 2008 já estava nessa mesma empresa em 2002, em comparação com 7,8 por cento para os trabalhadores dos CEEC.

O quadro 4 apresenta a distribuição regional dos imigrantes no país, em comparação com a dos trabalhadores portugueses no período 2002-2008. Os principais 3 distritos para cada nacionalidade estão

Gráfico 6

## TRABALHADORES QUE PERMANECEM NA MESMA EMPRESA DE 2002 A 2008 | PESOS NO TOTAL



Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

destacados no quadro 4, com Lisboa a ser a principal localização de todos os grupos de nacionalidade considerados. No caso dos imigrantes, as três principais localizações em Portugal são Lisboa, Faro e Porto, mas Setúbal é também uma localização importante. Esta distribuição regional é diferente da dos trabalhadores portugueses que se encontram mais difundidos pelo território e relativamente mais concentrados no Norte do país, com Porto e Braga a serem localizações importantes para o emprego nativo. Os imigrantes estão relativamente mais concentrados do que os portugueses no distrito de Lisboa, um distrito cujo emprego total cresceu acima da média neste período. A segunda localização mais importante para os trabalhadores imigrantes, Faro, registou igualmente um forte aumento do emprego total, o maior dos distritos incluídos no quadro 4. Os imigrantes dos PALOP estão muito concentrados nos distritos de Lisboa e Setúbal, em especial no caso de Cabo Verde (80.1 por cento de trabalhadores imigrantes de Cabo Verde estão localizados nestes dois distritos). Os trabalhadores brasileiros também estão muito concentrados em Lisboa (53 por cento do total), com Faro, Setúbal e Porto constituindo

Quadro 4

## LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES, MÉDIA 2002-2008 | PESOS EM PERCENTAGEM

	Emprego (taxa de variação)	Portugueses	Imigrantes	Imigrantes						
				UE15	PALOP	Cabo Verde	CEEC	Ucrânia	Brasil	China
Aveiro	1.8	7.4	4.2	4.2	1.8	0.6	5.4	6.7	3.1	3.0
Braga	2.6	<b>8.9</b>	3.3	4.5	1.5	0.5	3.6	4.6	2.1	2.7
Faro	6.0	3.2	<b>11.7</b>	<b>18.6</b>	6.0	<b>7.5</b>	<b>18.0</b>	<b>15.9</b>	<b>9.4</b>	<b>13.1</b>
Leiria	3.0	4.5	4.5	5.2	1.8	1.9	<b>7.9</b>	<b>10.2</b>	3.5	2.8
Lisboa	3.6	<b>31.7</b>	<b>45.3</b>	<b>34.2</b>	<b>67.5</b>	<b>69.9</b>	<b>32.4</b>	<b>28.6</b>	<b>53.0</b>	<b>37.3</b>
Porto	3.2	<b>18.8</b>	<b>9.5</b>	<b>12.2</b>	<b>6.2</b>	4.9	7.1	8.2	8.4	<b>16.9</b>
Santarém	2.5	3.5	3.3	2.8	1.5	0.9	5.8	6.8	2.9	4.9
Setúbal	2.2	4.6	7.3	3.9	<b>8.8</b>	<b>10.2</b>	6.7	4.9	<b>8.9</b>	7.0
Outros	3.6	17.4	11.0	14.4	4.8	3.6	13.0	14.1	8.6	12.3
Total	3.3	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

Nota: A taxa de variação do emprego refere-se à taxa de variação média anual do emprego total (portugueses e imigrantes) no período 2002-2008, em percentagem.

igualmente localizações importantes neste período. O Porto é a segunda localização mais importante para os imigrantes chineses, com um peso acima da média de 16.9 por cento, seguido de Faro com 13.1 por cento. Os trabalhadores dos CEEC estão relativamente mais concentrados em Faro, sendo Leiria o terceiro distrito mais relevante para estes trabalhadores. Faro é também uma localização importante para os imigrantes da UE15, representando 18.6 por cento do total de trabalhadores destes países no período 2002-2008.

O emprego imigrante em Portugal encontra-se concentrado em poucos setores, nomeadamente a construção e algumas atividades de serviços. Pelo contrário, o peso da indústria transformadora no emprego imigrante total é muito inferior ao seu peso no emprego nativo (15.9 e 28.8 por cento em média no período 2002-2008, respetivamente) e diminuiu de 2002 a 2008 (Quadro 5 e Gráfico 7). O principal setor do emprego imigrante em Portugal é o setor da construção, representando 23.9 por cento do emprego total de imigrantes neste período (11.5 por cento para os portugueses). O setor da construção é especialmente relevante para os imigrantes do sexo masculino, uma vez que 35.5 por cento deles trabalham neste setor (18.4 por cento para os homens portugueses) e para os imigrantes dos PALOP e, sobretudo, dos CEEC. A elevada concentração de imigrantes no setor da construção reflete o fato dos fluxos migratórios recentes em Portugal terem sido, em parte, impulsionados pela forte procura neste setor. No entanto, a proporção de trabalhadores imigrantes na construção diminuiu ao longo do período 2002-2008, em linha com a desaceleração da atividade neste setor, mas a percentagem de emprego nativo permaneceu praticamente estável. Esse fato aponta para uma maior sensibilidade do emprego dos imigrantes face à evolução da atividade neste setor.

No período 2002-2008, o peso do emprego no setor dos serviços como um todo é muito semelhante para portugueses e imigrantes, representando quase 60 por cento do total em ambos os casos, e tem vindo a aumentar ao longo do tempo, refletindo a reorientação para os serviços observada na maioria das economias avançadas desde os anos oitenta. No entanto, a desagregação dos serviços é muito diferente entre portugueses e imigrantes. Os imigrantes estão especialmente concentrados em três subsetores: alojamento e restauração, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, e comércio por grosso e a retalho. Os dois primeiros subsetores representam individualmente cerca de 15 por cento do emprego total de imigrantes nesse período, uma parcela muito superior à dos portugueses. Ambos os subsetores registaram também um aumento do emprego imigrante entre 2002 e 2008. Esses dois subsetores são particularmente importantes para os imigrantes do sexo feminino, com pesos no total do emprego das mulheres imigrantes de 27.7 por cento no alojamento e restauração e de 17.4 por cento nas atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas neste período. Nas atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, os principais subsetores de emprego dos imigrantes são a limpeza industrial e a seleção e colocação de pessoal, que inclui agências de trabalho temporário. Este subsetor emprega uma percentagem particularmente elevada de imigrantes dos PALOP (22.9 por cento em média no período), nomeadamente em serviços de limpeza. Cerca de 15 por cento dos imigrantes brasileiros também trabalham no subsetor de atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, mas principalmente em agências de trabalho temporário. Os imigrantes da China e, em menor medida, do Brasil estão relativamente mais concentrados no setor de alojamento e restauração (pesos médios de 46 por cento e 23.7 por cento, respetivamente). Uma percentagem significativa de imigrantes trabalha no comércio por grosso e a retalho (13.5 por cento face a 20 por cento para os portugueses no período 2002-2008) e esta proporção permaneceu praticamente estável durante este período. Os imigrantes do sexo feminino estão relativamente mais concentrados neste subsetor do que os imigrantes do sexo masculino (pesos no total de 17 e 11.7 por cento, respetivamente), enquanto para os trabalhadores portugueses a proporção entre homens e mulheres é semelhante (cerca de 20 por cento). Os imigrantes chineses trabalham principalmente no comércio por grosso e a retalho, que representa 50 por cento do total, em média, neste período. Este setor também emprega uma percentagem acima da média de imigrantes da UE15 (19.7 por cento). Os trabalhadores da UE15 estão igualmente mais concentrados nos setores de educação e saúde do que os imigrantes de outras origens.

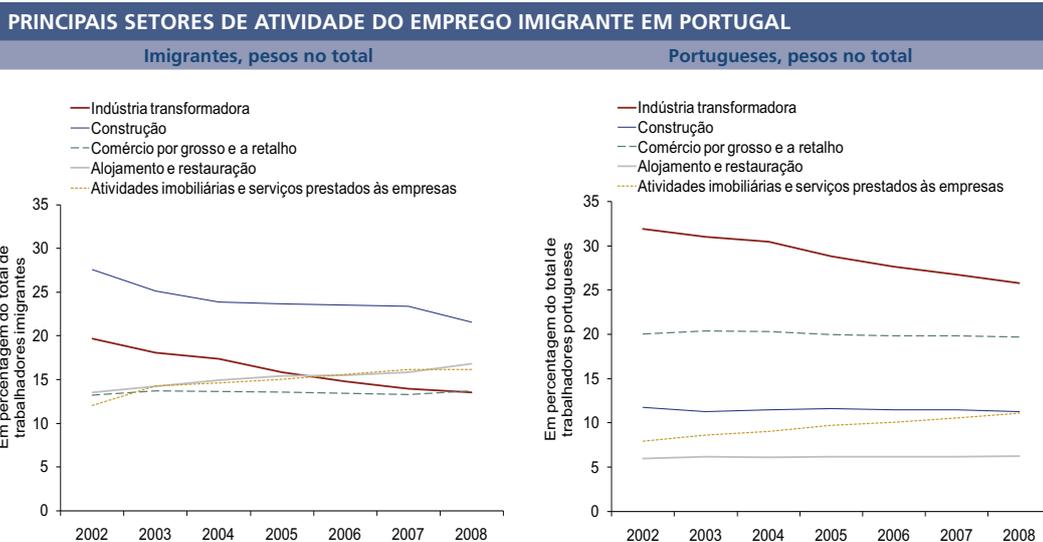
**Quadro 5**

PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES, MÉDIA 2002-2008   PESOS EM PORCENTAGEM												
Código ISIC	Portugueses		Imigrantes					Homens		Mulheres		
	Portugueses	Imigrantes	UE15	PALOP	CEEC	Brasil	China	Portugueses	Imigrantes	Portugueses	Imigrantes	
1+2+5	1.6	2.6	1.9	0.6	5.2	1.7	0.3	1.8	2.7	1.3	2.3	
10-14	0.5	0.4	0.4	0.2	0.9	0.1	0.0	0.8	0.7	0.1	0.1	
15-37	28.8	15.9	20.8	8.9	22.0	10.8	1.0	28.5	17.0	29.1	13.8	
15-16	3.6	2.8	2.2	1.8	3.7	2.8	0.0	3.4	2.3	3.9	3.8	
17-19	8.6	2.4	4.0	0.6	2.4	0.7	0.5	4.4	1.6	14.1	3.9	
20-22	3.1	1.5	1.9	0.9	1.9	1.0	0.1	3.8	1.7	2.2	1.0	
23-25	1.9	1.1	1.6	0.7	1.5	0.8	0.1	2.2	1.2	1.5	0.9	
26-28	5.1	4.3	4.2	2.3	7.7	2.5	0.0	7.0	5.7	2.7	1.7	
29-33	3.0	1.7	3.0	1.2	1.9	1.5	0.1	3.5	2.1	2.2	1.1	
34+35	1.6	1.2	2.5	0.9	1.5	0.9	0.0	1.9	1.3	1.1	0.9	
36+37	1.8	0.9	1.4	0.5	1.4	0.6	0.2	2.3	1.1	1.3	0.6	
40+41	0.6	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.9	0.1	0.2	0.1	
45	11.5	23.9	8.1	29.1	32.3	19.4	0.5	18.4	35.5	2.3	2.2	
50-99	57.1	57.1	68.7	61.1	39.5	68.0	98.2	49.6	44.1	67.0	81.5	
50-52	20.0	13.5	19.7	11.1	9.0	15.8	50.0	19.5	11.7	20.7	17.0	
55	6.1	15.3	11.4	14.6	10.7	23.7	46.0	4.2	8.7	8.7	27.7	
60 a 64	5.9	4.3	5.5	2.5	5.3	4.6	0.2	8.1	5.6	3.0	1.7	
65-67	3.2	0.8	2.2	1.4	0.1	0.5	0.0	3.2	0.6	3.2	1.1	
70-74	9.6	15.0	12.9	22.9	10.3	14.7	0.9	9.4	13.7	10.0	17.4	
75	0.9	0.3	0.4	0.4	0.1	0.2	0.0	0.8	0.2	1.1	0.4	
80	1.9	1.1	4.9	0.8	0.3	0.5	0.2	0.8	0.5	3.4	2.2	
85	5.8	3.6	7.1	4.6	1.4	3.3	0.1	1.2	0.9	11.9	8.7	
90-99	3.6	3.3	4.6	2.9	2.4	4.6	0.8	2.4	2.2	5.1	5.2	
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

**Nota:** ISIC refere-se à *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*.

Gráfico 7



**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

O quadro 6 compara o nível de escolaridade dos portugueses e imigrantes no mercado de trabalho português usando as categorias da *International Standard Classification of Education (ISCED)*. As diferenças entre os níveis de educação formal dos trabalhadores portugueses e imigrantes são, em geral, reduzidas. A percentagem de trabalhadores imigrantes com qualificações muito baixas é inferior ao valor correspondente para os trabalhadores portugueses (44.1 e 46.9 por cento, respetivamente), mas a proporção de iletrados é maior para os imigrantes. Os imigrantes com um elevado nível de escolaridade (ensino superior) representam também uma menor proporção do total do que no caso dos portugueses, enquanto a percentagem de imigrantes com níveis de educação baixos e médios é maior do que a dos trabalhadores portugueses. No entanto, esta análise agregada oculta diferenças importantes de níveis de escolaridade entre os principais grupos de imigrantes. Os imigrantes de Cabo Verde e da China destacam-se pelo seu nível de escolaridade extremamente baixo. 71.3 por cento dos imigrantes de Cabo Verde têm um nível educacional muito baixo (ensino básico 2º ciclo ou inferior), com 8.7 por cento de iletrados, e apenas 2.3 por cento possui ensino superior no período 2002-2008. Estes níveis de escolaridade são muito inferiores aos dos restantes imigrantes dos PALOP e apenas são comparáveis aos dos trabalhadores da China, embora os chineses apresentem uma maior percentagem de iletrados (15.3 por cento). A proporção de trabalhadores com ensino superior é muito semelhante nos imigrantes dos PALOP,

Quadro 6

**NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES, MÉDIA 2002-2008 | PESOS EM PERCENTAGEM**

	Portugueses	Imigrantes	Imigrantes						
			UE15	PALOP		CEEC	Ucrânia		Brasil
				Cabo Verde					
Muito baixo	46.9	44.1	19.5	55.8	71.3	43.8	45.1	37.0	70.0
dos quais: iletrados	1.2	4.1	0.5	4.9	8.7	6.3	6.7	1.7	15.3
Baixo	21.4	24.2	19.7	21.7	16.4	26.8	26.7	27.9	20.1
Médio	20.2	23.1	29.8	16.7	10.0	23.6	22.6	29.5	7.2
Alto	11.5	8.7	31.0	5.9	2.3	5.8	5.6	5.7	2.7
	100	100	100	100	100	100	100	100	100

**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

**Nota:** Nível de escolaridade muito baixo refere-se a *ISCED* 0-1 (ensino básico 1º e 2º ciclos, até 6 anos), baixo refere-se a *ISCED* 2 (ensino básico 3º ciclo, até 9 anos), médio refere-se a *ISCED* 3-4 (ensino secundário, até 12 anos) e alto refere-se a *ISCED* 5-6 (ensino superior).

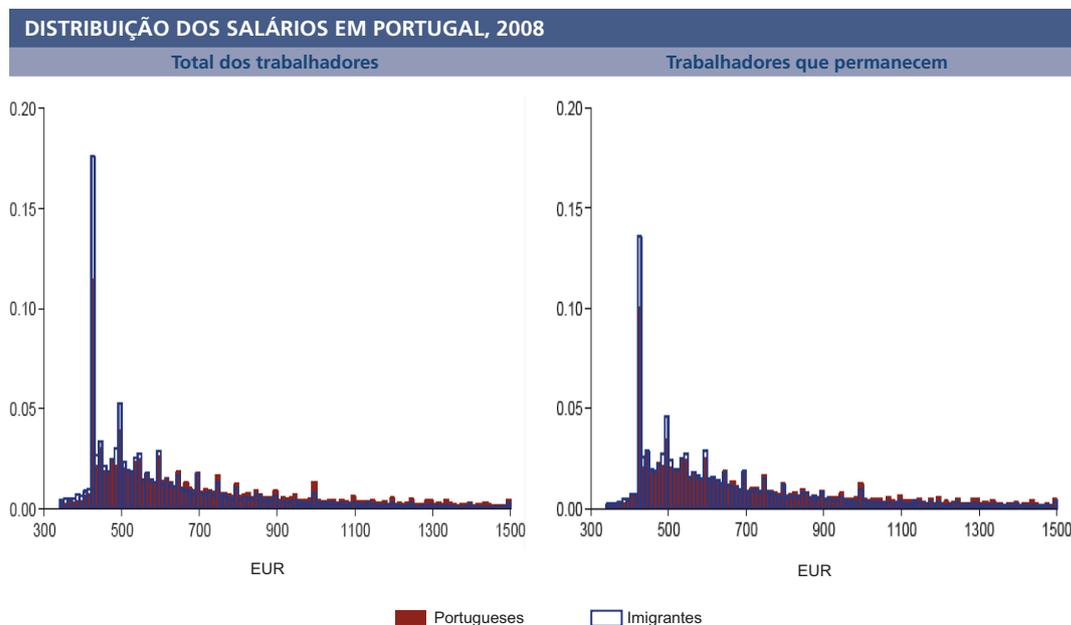
CEEC e Brasil (entre 5.7 e 5.9 por cento do total), mas os brasileiros registam uma menor proporção de pessoas com nível educacional muito baixo e uma maior percentagem de trabalhadores com nível de escolaridade médio. Em oposição, o nível de escolaridade dos imigrantes da UE15 é significativamente superior aos de todas as outras nacionalidades, incluindo os portugueses, com mais de 30 por cento de trabalhadores com ensino superior.

## 2. Os salários dos imigrantes em Portugal

Em Portugal, o processo de determinação dos salários depende essencialmente de três condicionantes: em primeiro lugar, o limiar inferior é definido a nível nacional através do mecanismo legal da retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo); em segundo lugar, a impossibilidade de reduções nominais dos salários no setor privado está consagrada na lei (Código do Trabalho, art. 129); finalmente, no contexto das negociações salariais, a grande maioria dos valores mínimos da remuneração de cada grupo profissional é definido ao nível de acordos setoriais (os acordos de empresa têm um peso reduzido). Não existe, portanto, um mecanismo automático de indexação salarial. Este enquadramento é comum quer aos trabalhadores portugueses quer aos trabalhadores imigrantes.

Como seria de esperar, a distribuição dos salários para o total da economia evidencia uma moda nos salários iguais ou muito próximos do salário mínimo. Adicionalmente, a análise desta distribuição mostra que os trabalhadores imigrantes estão mais concentrados em salários inferiores (Gráfico 8)<sup>4</sup>. Isto é verdade quer para o total dos trabalhadores, quer para aqueles que permaneceram pelo menos dois anos consecutivos na mesma empresa. Como os trabalhadores que entram ou saem de uma determinada empresa num determinado ano, portugueses ou imigrantes, ganham salários mais baixos, a concentração na aba esquerda da distribuição dos salários é mais elevada para o total dos trabalhadores do que para os trabalhadores que permanecem.

Gráfico 8



**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

**Nota:** Os trabalhadores que permanecem são aqueles que se mantêm pelo menos dois anos consecutivos na mesma empresa.

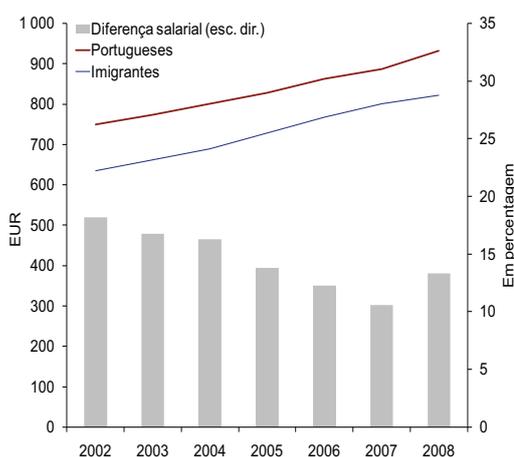
<sup>4</sup> As distribuições dos salários são semelhantes ao longo do período analisado. Estas distribuições estão disponíveis, mediante pedido às autoras.

Não controlando para qualquer fator de diferenciação, os imigrantes em Portugal ganharam, em média, menos do que os trabalhadores portugueses ao longo do período 2002-2008 (Gráfico 9). Adicionalmente, a proporção de trabalhadores que são pagos abaixo do salário mínimo é substancialmente mais elevada para os imigrantes do que para os portugueses. Em 2002, o salário médio dos trabalhadores portugueses era 18.2 por cento superior ao salário médio dos imigrantes, mas esta diferença salarial diminuiu para 13.3 por cento em 2008. Partindo de níveis salariais inferiores, o crescimento médio dos salários no período 2002-2008 foi maior para os trabalhadores imigrantes do que para os portugueses (variação média anual de 4.4 e 3.7 por cento, respetivamente).

Existem também diferenças significativas ao nível do salário médio entre os diferentes grupos de trabalhadores imigrantes em Portugal (Gráfico 10). Ao longo do período analisado, o salário médio dos trabalhadores da UE15 foi cerca do dobro do salário médio dos trabalhadores portugueses e do total dos imigrantes, crescendo a uma taxa de variação anual de 4.6 por cento<sup>5</sup>. Os imigrantes dos PALOP ganham menos do que a média dos imigrantes, sendo a diferença particularmente vincada no caso dos trabalhadores de Cabo Verde, que ganham em média cerca de 15 por cento menos do que a média dos trabalhadores dos PALOP. Em 2002, o salário médio dos imigrantes dos CEEC era inferior ao dos trabalhadores de Cabo Verde. No entanto, os salários dos trabalhadores dos CEEC cresceram de forma acentuada entre 2002 e 2008 (41.4 por cento ao longo de todo o período, ou seja, uma variação média anual de 5.9 por cento) (Gráfico 11). O salário médio dos trabalhadores brasileiros em 2002 era semelhante à média dos imigrantes. Porém, em particular nos últimos anos, a taxa de variação dos salários dos trabalhadores brasileiros foi a mais baixa de todos os grupos de imigrantes considerados, sendo ligeiramente negativa em 2008. Os imigrantes chineses recebem salários significativamente inferiores à média dos imigrantes, refletindo a sua grande concentração em alguns setores tipicamente de baixas qualificações, como o comércio por grosso e a retalho e o alojamento e restauração, assim como um peso extremamente elevado de trabalhadores com salário mínimo, como iremos analisar em detalhe

Gráfico 9

## NÍVEL DOS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES

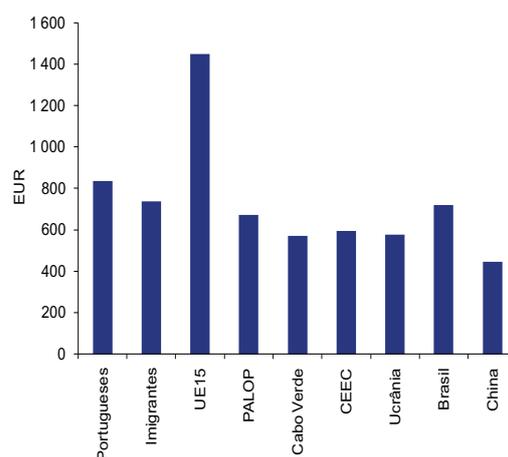


Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

Nota: A diferença salarial em percentagem é definida como a diferença entre o salário médio dos trabalhadores portugueses e o dos trabalhadores imigrantes apresentada em percentagem do salário médio dos portugueses.

Gráfico 10

## NÍVEL DOS SALÁRIOS POR NACIONALIDADE, MÉDIA 2002-2008

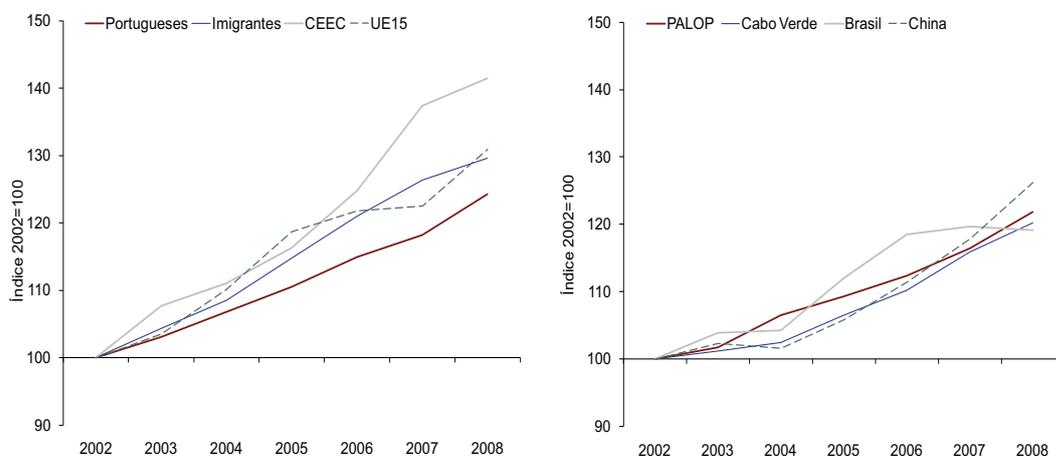


Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

5 Como as distribuições dos salários têm uma maior concentração na aba esquerda, o salário médio é superior ao salário mediano. Contudo, os resultados permanecem qualitativamente inalterados se, ao invés da média, a mediana fosse a medida utilizada.

Gráfico 11

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO POR NACIONALIDADE | CRESCIMENTO ACUMULADO



Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

mais à frente. A elevada percentagem de trabalhadores a receberem o salário mínimo pode ser, contudo, uma das razões pelas quais os salários dos trabalhadores chineses cresceram a um ritmo superior ao dos salários do total dos imigrantes, nos últimos dois anos. Em suma, exceto os trabalhadores da UE15, os trabalhadores imigrantes recebem salários inferiores aos portugueses, e o crescimento mais elevado dos salários dos imigrantes, ao longo do período analisado, refletiu essencialmente a evolução dos salários dos trabalhadores dos CEEC, cuja duração do emprego cresceu de forma continuada, e, em menor grau, dos trabalhadores da UE15.

Vários fatores podem contribuir para a diferença salarial entre os portugueses e os imigrantes, observada ao longo do período de 2002 a 2008. Esta diferença está associada a um conjunto alargado de variáveis que podem influenciar os salários, como a idade, o género, o nível de escolaridade, o tipo de contrato, a duração do emprego, o setor de atividade e a região, conforme iremos analisar em mais detalhe seguidamente. Porém, estas variáveis não parecem explicar a totalidade da diferença salarial entre os trabalhadores portugueses e imigrantes. Considerando a amostra completa, foi estimada uma regressão simples dos salários com variáveis de controlo para a idade, o género, o nível de escolaridade, o tipo de contrato, a duração do emprego, o setor de atividade e a região e variáveis *dummy* para a nacionalidade e para os anos. Os resultados apresentados no quadro 7 mostram que a diferença salarial entre os portugueses e os imigrantes mantém-se mesmo após serem levados em conta os regressores mencionados (OECD (2008) obteve resultados semelhantes utilizando dados para 2005). De cerca de 15 por cento, a diferença salarial média entre os portugueses e o total dos imigrantes reduziu-se para 8.5 por cento após controlar para as diferentes características dos trabalhadores, das empresas e das relações laborais. Entre os imigrantes, estas diferentes características representam cerca de 40 e 30 por cento da diferença salarial negativa dos imigrantes dos PALOP e dos CEEC, respetivamente. Esta percentagem é significativamente superior no caso dos trabalhadores brasileiros (aproximadamente 60 por cento) e chineses (cerca de 70 por cento). Cerca de metade do diferencial positivo entre os salários dos trabalhadores da UE15 e dos portugueses está relacionado com os regressores selecionados.

À exceção de informação sobre a duração do emprego, a regressão não inclui variáveis relativas à duração da permanência dos imigrantes em Portugal. Entre outros fatores, períodos mais alargados de permanência estão associados a maior fluência na língua e a maior experiência adquirida no país de destino, que podem contribuir para anular parcialmente a restante diferença entre os salários dos portugueses e dos imigrantes (ver, por exemplo, Carneiro *et al.* (2010)). Uma análise mais aprofundada do processo de integração económica dos imigrantes em Portugal é um tópico interessante para futura investigação.

## Quadro 7

## LOGARITMO DOS SALÁRIOS DOS IMIGRANTES EM COMPARAÇÃO COM OS SALÁRIOS DOS PORTUGUESES, 2002-2008

	Imigrantes							
	UE15	PALOP Cabo Verde	CEEC Ucrânia	Brasil	China			
Coefficiente da <i>dummy</i> da nacionalidade								
Excluindo outros regressores	-0.149	0.329	-0.176	-0.265	-0.239	-0.251	-0.190	-0.484
Incluindo regressores adicionais	-0.085	0.156	-0.106	-0.117	-0.164	-0.179	-0.077	-0.149
Diferença explicada (% da diferença total)	42.9	52.6	39.5	56.0	31.7	28.6	59.3	69.2

**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

**Nota:** Todas as regressões incluem *dummies* temporais. Os regressores adicionais são a idade, o género, a educação, a região, o setor, a duração do emprego e o tipo de contrato.

As características dos trabalhadores, das empresas e das relações laborais incluídas na regressão dos salários acima referida explicam cerca de 40 por cento da diferença total entre os salários dos portugueses e dos imigrantes. Na análise que se segue iremos analisar com mais detalhe algumas destas características. Relativamente ao tipo de contrato, os resultados da regressão mostram a existência de uma penalização de 3.7 por cento nos salários de trabalhadores similares mas com contratos a termo. No período 2002-2008, a diferença salarial positiva entre portugueses e imigrantes é comum a trabalhadores com contrato permanente e com contrato a termo (Gráfico 12). Considerando os trabalhadores com contrato permanente, a diferença salarial entre portugueses e imigrantes manteve-se praticamente estável ao longo do período, enquanto a diferença nos níveis salariais de trabalhadores portugueses e imigrantes com contrato a termo diminuiu entre 2002 e 2008. Adicionalmente, os trabalhadores com contratos permanentes recebem, em média, salários mais elevados do que os trabalhadores com contratos a termo, quer portugueses quer imigrantes. Entre 2002 e 2008, os portugueses com contrato permanente ganharam aproximadamente 27 por cento mais do que os portugueses com contrato a termo. No caso dos imigrantes, esta diferença foi ainda superior, atingindo 34 por cento. Ao longo do período, a diferença entre os prémios salariais associados aos contratos permanentes dos trabalhadores portugueses e imigrantes reduziu-se, sendo estes prémios muito semelhantes no período mais recente (cerca de 30 por cento). Portanto, dado que a percentagem de trabalhadores portugueses com contrato permanente é maior do que a de imigrantes e maior do que a percentagem de trabalhadores portugueses com contrato a termo, a diferença salarial entre contratos permanentes e contratos a termo contribuiu positivamente para o nível médio superior dos salários dos portugueses em relação aos imigrantes.

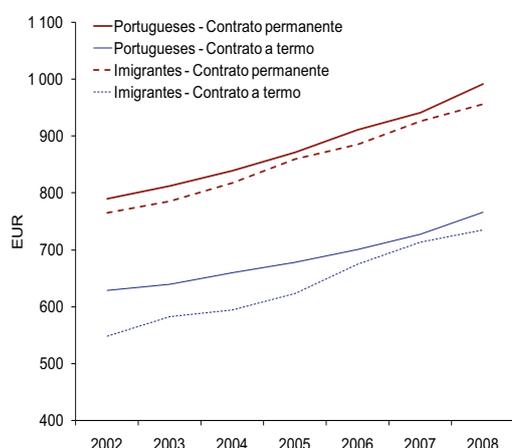
O perfil das diferenças entre os níveis salariais dos portugueses e dos imigrantes não se altera substancialmente se considerarmos individualmente os principais setores de atividade do emprego imigrante. À exceção dos trabalhadores da UE15, os imigrantes recebem salários inferiores aos portugueses na construção, no alojamento e restauração, nas atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, e no comércio por grosso e a retalho. No entanto, existem algumas diferenças ao nível da evolução do salário médio dos portugueses e dos imigrantes ao longo do tempo em cada um destes setores.

No comércio por grosso e a retalho, os salários dos trabalhadores imigrantes aumentaram a uma taxa inferior à dos salários dos portugueses (taxas médias anuais de 2.6 e 3.6 por cento, respetivamente) (Quadro 8). Por um lado, os salários dos trabalhadores brasileiros (principal grupo de imigrantes neste setor), dos CEEC e da China aumentaram a um ritmo mais elevado do que os dos portugueses. Por outro lado, as variações dos salários dos trabalhadores dos PALOP foram inferiores às dos portugueses. Adicionalmente, os salários dos trabalhadores da UE15 diminuíram significativamente em 2007 e 2008. Dado o nível mais elevado dos seus salários, esta evolução salarial dos trabalhadores da UE15 teve uma forte contribuição negativa para a variação total dos salários dos imigrantes.

Pelo contrário, no setor da construção, os salários dos imigrantes cresceram mais do que os dos trabalhadores portugueses entre 2002 e 2008 (taxa média anual de 5.8 e 4.8 por cento, respetivamente).

Gráfico 12

## DIFERENÇA SALARIAL ENTRE PORTUGUESES E IMIGRANTES POR TIPO DE CONTRATO



Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

Os salários dos trabalhadores dos PALOP aumentaram praticamente o mesmo que os dos portugueses, mas o salário médio dos trabalhadores dos CEEC – o outro grupo de imigrantes dominante no setor da construção – cresceu de forma acentuada (54.2 por cento em termos acumulados, *i.e.*, uma taxa de variação média anual de 7.5 por cento). Apesar de terem partido de uma situação semelhante em 2002, os salários dos trabalhadores de Cabo Verde no setor da construção aumentaram menos do que os do total dos trabalhadores dos PALOP, o que resultou numa diferença no salário médio de cerca de 70 euros em 2008.

Nas atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, os trabalhadores de Cabo Verde também receberam salários inferiores, em média, ao longo do período. Porém, o crescimento dos seus salários foi significativo, com uma taxa de variação superior à do total dos imigrantes e dos portugueses neste setor. Os restantes imigrantes dos PALOP registaram uma evolução salarial muito contida, com o crescimento acumulado do salário médio do total dos trabalhadores dos PALOP neste setor a ser cerca de 4 pontos percentuais inferior ao dos portugueses no período 2002-2008. O salário médio dos trabalhadores brasileiros aumentou apenas 3.7 por cento em 6 anos, ou seja, uma variação média anual de 0.6 por

Quadro 8

## EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO POR PRINCIPAIS NACIONALIDADES E SETORES DE ATIVIDADE DO EMPREGO IMIGRANTE | TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL NO PERÍODO 2002-2008, EM PORCENTAGEM

Código ISIC		Portugueses	Imigrantes	TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL NO PERÍODO 2002-2008, EM PORCENTAGEM						
				UE15	PALOP		CEEC		Brasil	China
						Cabo Verde		Ucrânia		
45	Construção	4.8	5.8	2.8	4.9	2.9	7.5	7.4	2.7	-6.1
50-52	Comércio por grosso e a retalho	3.6	2.6	2.4	3.1	3.2	4.7	4.5	4.0	4.2
55	Alojamento e restauração	3.9	3.8	4.2	3.3	3.6	4.7	5.0	4.1	3.7
70-74	Atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas	2.1	2.1	2.1	1.4	2.8	5.0	5.3	0.6	4.8
	Total	3.7	4.4	4.6	3.3	3.1	5.9	6.4	3.0	4.0

Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

cento, com taxas de variação negativas em 2007 e 2008. Como tal, apesar do aumento acentuado dos salários médios recebidos pelos trabalhadores dos CEEC, os salários do total dos imigrantes cresceram virtualmente o mesmo que os dos portugueses neste setor.

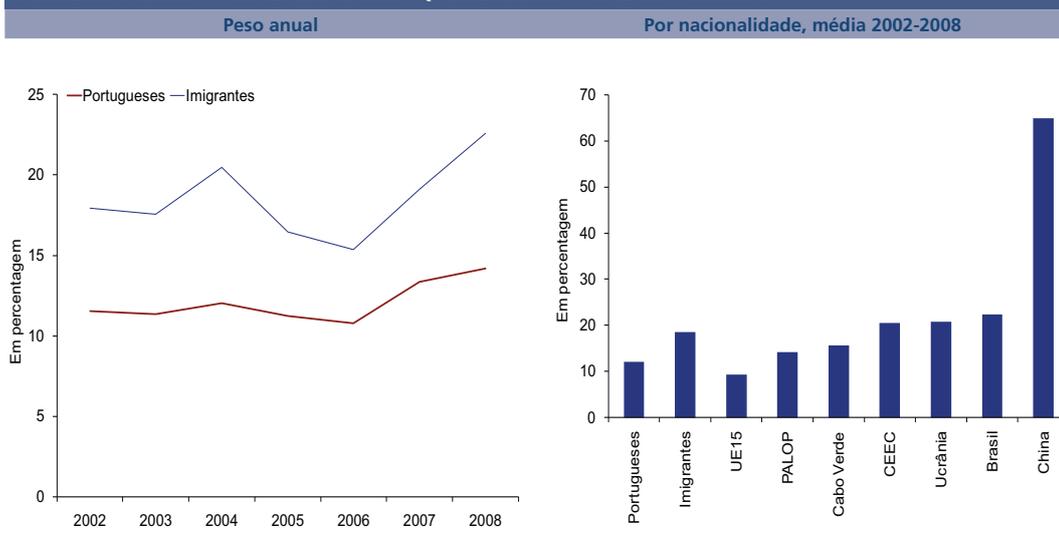
No alojamento e restauração, os salários dos imigrantes e dos portugueses também cresceram relativamente o mesmo ao longo do período, registando uma taxa de variação média anual de cerca de 4 por cento. Os salários dos trabalhadores dos CEEC e do Brasil cresceram acima da média neste período, enquanto os salários dos trabalhadores dos PALOP aumentaram 3.3 por cento, em média, em cada ano. Ao longo do período, os trabalhadores chineses neste setor têm um crescimento acumulado próximo da média, mas tiveram fortes aumentos salariais nos últimos dois anos analisados, em linha com a maior incidência de trabalhadores com salário mínimo entre os imigrantes chineses.

De facto, a percentagem de trabalhadores a receber o salário mínimo é superior para os imigrantes do que para os portugueses. No período de 2002 a 2008, 12.5 por cento dos trabalhadores declararam receber salários próximos do salário mínimo (intervalo de +/- 10 euros centrado no salário mínimo). Neste período, 12.1 por cento dos trabalhadores portugueses receberam o salário mínimo, enquanto no caso dos imigrantes esta percentagem atingiu 18.6 por cento, em média (Gráfico 13). Após um período em que permaneceu relativamente estável, a percentagem de trabalhadores a receber o salário mínimo aumentou para os portugueses e, de forma ainda mais vincada, para os imigrantes em 2007 e 2008, no contexto de aumentos mais expressivos do salário mínimo nacional, de 4.4 e 5.7 por cento respetivamente.

Os imigrantes da UE15 apresentam o menor peso de trabalhadores com salário mínimo, inclusivamente inferior ao dos portugueses. Pelo contrário, aproximadamente dois em cada três trabalhadores chineses declararam receber o salário mínimo neste período. Os trabalhadores que recebem o salário mínimo representam 14.3 por cento dos imigrantes dos PALOP mas esta percentagem atinge 15.6 por cento se considerarmos apenas os trabalhadores de Cabo Verde. Os imigrantes dos CEEC e do Brasil têm, em média, uma percentagem de trabalhadores que ganham o salário mínimo de 20.5 e 22.3 por cento, respetivamente, no período 2002-2008. No caso dos imigrantes do Brasil este peso aumentou significativamente nos últimos dois anos atingindo 28.8 por cento em 2008, enquanto no caso dos trabalhadores dos CEEC esta percentagem manteve-se praticamente estável em cerca de 20 por cento.

**Gráfico 13**

**PERCENTAGEM DOS TRABALHADORES QUE RECEBEM O SALÁRIO MÍNIMO**



**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

**Nota:** Considera-se como trabalhadores que recebem o salário mínimo todos os trabalhadores cujo salário se encontra no intervalo de +/- 10 euros face ao salário mínimo.

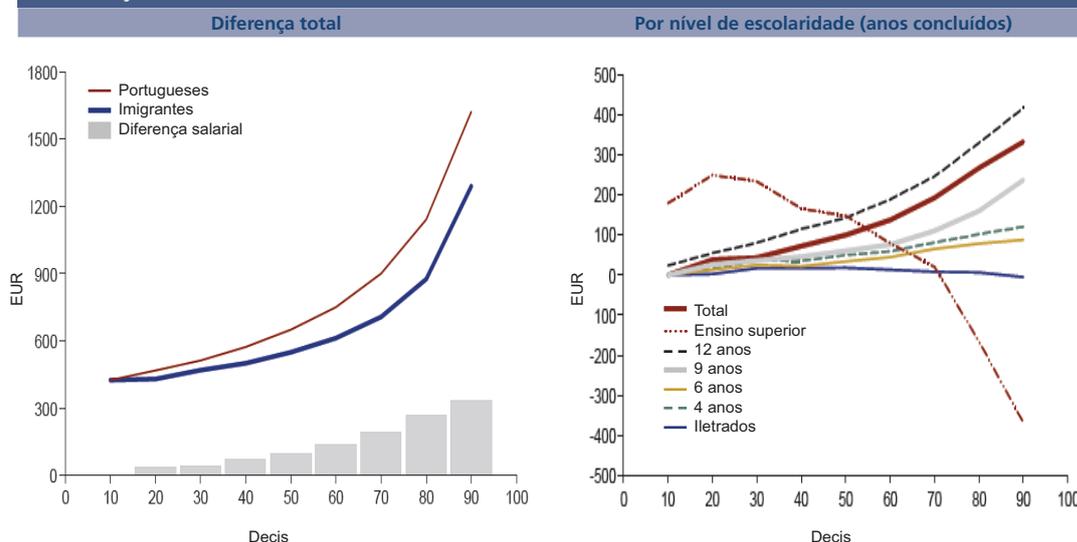
Entre 2002 e 2008, o perfil das distribuições dos salários para os diferentes níveis de escolaridade era relativamente semelhante ao da distribuição para o total dos trabalhadores. Os imigrantes tendem novamente a estar mais concentrados em salários inferiores. Sem controlar para outros fatores que não o nível de escolaridade, a diferença salarial entre portugueses e imigrantes é positiva, aumentando continuamente da aba esquerda para a aba direita da distribuição dos salários (Gráfico 14)<sup>6</sup>. A diferença é mínima no extremo da aba esquerda da distribuição dos salários. Como referido em Carneiro *et al.* (2010), a existência de um salário mínimo definido por lei pode constituir um instrumento importante para limitar as diferenças salariais entre portugueses e imigrantes no limite inferior da distribuição dos salários.

Existem duas exceções interessantes a este cenário. Em primeiro lugar, a diferença salarial entre imigrantes e portugueses é virtualmente nula no caso dos trabalhadores iletrados. No caso dos imigrantes, estes trabalhadores são originários maioritariamente da Ucrânia e de Cabo Verde. A segunda exceção refere-se ao grupo de trabalhadores próximo do limite superior da distribuição do nível de escolaridade (ensino superior), que no caso dos imigrantes são originários maioritariamente da UE15, nomeadamente Espanha e França. Neste caso, os imigrantes estão mais concentrados em ambas as abas da distribuição dos salários, ou seja, salário muito baixos e muito elevados. Na aba esquerda da distribuição dos salários a diferença salarial é novamente positiva, isto é, os salários dos imigrantes são inferiores. Contudo, ao deslocarmo-nos para a direita, esta diferença salarial positiva diminui progressivamente, invertendo o seu sinal com a aproximação ao limite superior da distribuição dos salários. Assim, por exemplo em 2008, os trabalhadores imigrantes com ensino superior e cujos salários se encontrem entre os 30 por cento mais elevados são mais bem pagos do que os trabalhadores portugueses em iguais circunstâncias (com ensino superior e cujos salários se encontrem entre os 30 por cento mais elevados).

Relativamente à distribuição das variações salariais, verifica-se que variações nominais negativas são praticamente inexistentes (Gráfico 15)<sup>7</sup>. Adicionalmente, existe uma elevada concentração na variação nula, que pode ser interpretada como um sinal de rigidez nominal dos salários, e esta característica é,

**Gráfico 14**

**DIFERENÇA SALARIAL ENTRE TRABALHADORES PORTUGUESES E IMIGRANTES, 2008**

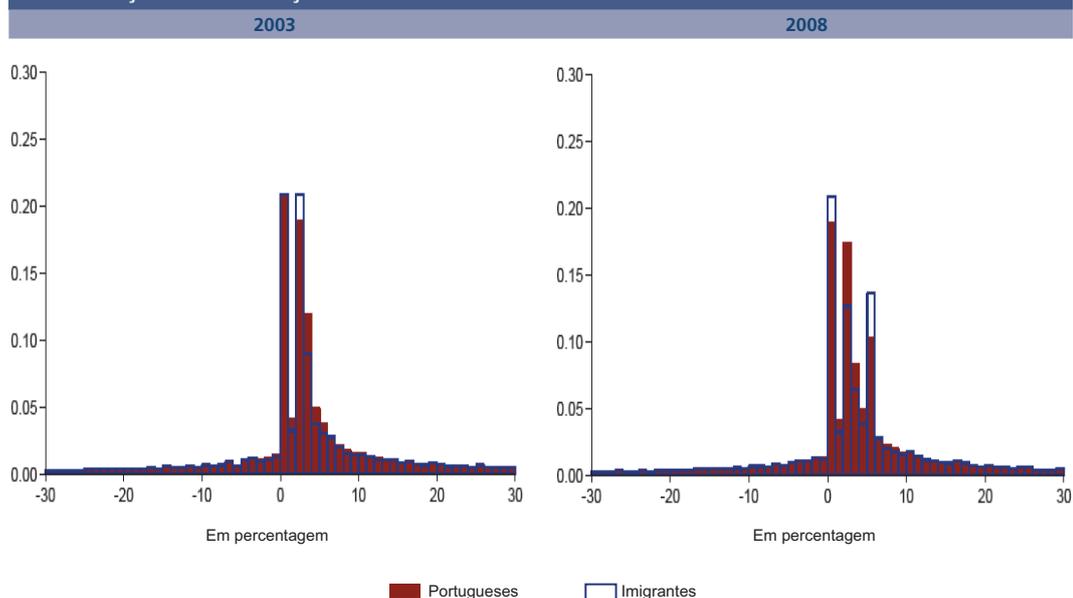


**Fontes:** Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

- 6 A informação apresentada no gráfico 14 refere-se a 2008. Os resultados são qualitativamente semelhantes ao longo do período analisado e estão disponíveis, mediante pedido às autoras.
- 7 Dado que as variações salariais foram calculadas ao nível do indivíduo, esta distribuição apenas inclui os trabalhadores por conta de outrem que permaneceram pelo menos dois anos consecutivos na mesma empresa.

Gráfico 15

## DISTRIBUIÇÃO DAS VARIAÇÕES SALARIAIS EM PORTUGAL



Fontes: Quadros de Pessoal e cálculos das autoras.

em geral, ligeiramente superior no caso dos trabalhadores imigrantes<sup>8</sup>. Entre 2003 e 2006 a distribuição das variações salariais teve uma segunda moda, comum aos trabalhadores portugueses e imigrantes, próxima de um valor que reflete quer a taxa de inflação esperada, quer o valor de referência para a variação da tabela salarial e do salário mínimo (evidência a favor de um misto de rigidez real e institucional dos salários). Em 2007 e 2008, a distribuição das variações salariais continha três modas – em zero, na taxa de inflação esperada (e/ou valor de referência para a variação da tabela salarial) e na taxa de variação do salário mínimo. A concentração na taxa de variação do salário mínimo é mais elevada para os trabalhadores imigrantes, refletindo a maior percentagem de imigrantes que recebe o salário mínimo. Apesar de existirem diferenças entre o grau de concentração nas modas, as principais características da distribuição das variações salariais – quase ausência de variações negativas e duas ou três modas – são comuns aos imigrantes com diferentes nacionalidades, níveis de escolaridade e setores de atividade<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Cabral e Duarte (2010) calcularam medidas de rigidez dos salários nominais e reais utilizando a metodologia do *International Wage Flexibility Project (IWFP)* e encontraram evidência de que a rigidez salarial é ligeiramente superior para os imigrantes do que para os trabalhadores portugueses no período 2003-2008.

<sup>9</sup> Todas as distribuições estão disponíveis mediante pedido às autoras.

#### 4. Conclusões

Tradicionalmente, Portugal tem sido um país de emigração, mas no final dos anos noventa os fluxos de imigração aumentaram acentuadamente, associados a uma elevada procura de trabalho. Uma percentagem significativa dos novos fluxos de imigração é originária de países da Europa Central e de Leste (CEEC), países sem ligação cultural evidente a Portugal. Mais recentemente, registou-se um aumento significativo das entradas de imigrantes do Brasil. A imigração da China, apesar de ter crescido de forma acentuada na última década, representa ainda uma percentagem reduzida do total dos trabalhadores imigrantes. Atualmente, as três principais origens de imigrantes em Portugal, representando cerca de 75 por cento do total, são Brasil, países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e CEEC. O aumento dos fluxos de imigração e a alteração substancial da sua composição torna relevante analisar e descrever as características dos trabalhadores imigrantes em Portugal, principalmente dada a relativa escassez de análises empíricas sobre imigração no mercado de trabalho português.

Neste artigo é utilizada uma base de dados longitudinal com registos dos pares trabalhador-empresa (Quadros de Pessoal) para analisar as principais características dos imigrantes no mercado de trabalho português no período 2002-2008. Ao nível do desempenho no mercado de trabalho, registam-se diferenças significativas entre os trabalhadores portugueses e imigrantes e entre os trabalhadores imigrantes de diferentes nacionalidades, em termos da composição por idade, género, duração do emprego, fluxos de trabalhadores, localização geográfica, setor de atividade e nível de escolaridade. Dada a natureza recente da maioria dos fluxos de imigrantes em Portugal e a maior incidência de contratos a termo entre os imigrantes, a duração dos seus empregos é, em média, significativamente inferior à dos portugueses. Adicionalmente, a taxa de rotação de trabalhadores é mais elevada para os imigrantes do que para os portugueses. Os trabalhadores imigrantes em Portugal estão essencialmente concentrados em quatro setores de atividade, construção, alojamento e restauração, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas e comércio por grosso e a retalho.

À semelhança do verificado em outros países, os imigrantes em Portugal recebem, em média, salários inferiores aos dos trabalhadores portugueses. Adicionalmente, a percentagem de trabalhadores a receber o salário mínimo é superior no caso dos imigrantes. As diferenças entre os trabalhadores portugueses e imigrantes ao nível da idade, género, nível de escolaridade, tipo de contrato, duração do emprego, setor de atividade e localização geográfica contribuem para a existência de uma discrepância positiva entre os salários dos portugueses e dos imigrantes. No entanto, estas variáveis não explicam esta diferença salarial na sua totalidade. A diferença média entre os salários dos trabalhadores portugueses e imigrantes diminuiu ao longo do período 2002-2008, uma vez que os imigrantes registaram um maior crescimento acumulado dos salários neste período do que os portugueses.

## Referências

- Andersson, P. e Wadensjö, E. (2004), "Self-employed immigrants in Denmark and Sweden: A way to economic self-reliance?", *IZA Discussion Papers* 1130, Institute for the Study of Labor (IZA).
- Burgess, S., Lane, J. e Stevens, D. (2000), "Job flows, worker flows, and churning", *Journal of Labor Economics*, 18(3), 473–502.
- Cabral, S. e Duarte, C. (2010), "Employment and wages of immigrants in Portugal", *Working Paper* 31, Banco de Portugal.
- Carneiro, A., Fortuna, N. e Varejão, J. (2010), "Immigrants at new destinations: How they fare and why", *IZA Discussion Papers* 4892, Institute for the Study of Labor (IZA).
- Centeno, M., Machado, C. e Novo, A. (2008), "A anatomia do crescimento do emprego nas empresas portuguesas", Banco de Portugal, *Boletim Económico-Verão*, 69–95.
- OECD (2008), "The labour market integration of immigrants and their children in Portugal", in *Jobs for Immigrants*, volume 2: *Labour market integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal*, OECD, chapter 5, pp. 269–332.
- Peixoto, J. (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", *Migrações* (2), 19–46.
- Portugal, P. (1999), "Volatilidade do emprego, protecção ao emprego e desemprego", Banco de Portugal, *Boletim Económico-Dezembro*, 51–63.